

VALORES HUMANISTAS EM DAMIÃO DE GÓIS

Arnaldo do Espírito Santo
Universidade de Lisboa

Vamos falar de um aspecto do pensamento de um homem que ingressou na corte como pajem do Rei D. Manuel com nove anos de idade. Nascera em 1502 na Vila de Alenquer, naquele tempo a um dia de viagem de Lisboa. Na corte foi educado com o príncipe D. João, futuro D. João III, também ele nascido no ano de 1502. Conheceu Gil Vicente e assistiu com certeza à representação de alguns dos seus autos. Respirou o clima de grande entusiasmo e brio da Lisboa renascentista, em plena azáfama dos Descobrimentos, com naus e caravelas que chegavam e partiam, envolvida no imaginário de histórias de naufrágios, de aventuras, empolgada com a notícia de novas terras, novas gentes, novos costumes, novas formas de pensar. Impressionou-o particularmente um estranho embaixador, de nome Mateus, que chegou à corte em 1514. Embarcara em Goa nas naus portuguesas que todos os anos faziam o transporte de especiarias da Índia para Lisboa. Era embaixador do Preste João da Abissínia, do mítico Preste João, tornado realidade para o mundo ocidental a partir de 1492, com a chegada a essas paragens de Pêro da Covilhã, enviado de D. João II.

Muito mais tarde, quando redigir a primeira das suas obras, editada em Antuérpia em 1532, Damião de Góis recordará exactamente a figura desse Mateus, «homo mediocri statura, colore subalbido, ad pallorem uergente, capillo longo, cano, barba prolixa, atque itidem cana» («homem de meia estatura, de cor esbranquiçada a pender para o pálido, longos cabelos brancos, barba comprida, e também bran-

ca»¹. Vinha acompanhado de um adolescente filho de um nobre do seu país. Encontrou-os «por mais de uma vez no paço» e familiarmente lhes dirigiu a palavra.²

Mais tarde Góis há-de publicar outro livro sobre a Etiópia. O primeiro tinha como base os documentos desta embaixada de 1514; o outro surgiu em resultado de uma longa conversa que teve em 1533, numa breve passagem pela corte, com outro embaixador do Preste João, de nome Zaga Zabo.³

Deste ambiente cosmopolita da Lisboa do início do século XVI, partiu para Antuérpia, como secretário da feitoria de Portugal. Decorria o ano de 1523. Góis tinha 21 anos.

Tem-se especulado muito sobre os motivos que levaram D. João III a afastar o seu companheiro de infância do ambiente da corte, nomeando-o para este cargo no centro da Europa. Recentemente Fernando Campos, no seu belíssimo romance *A Sala das Perguntas*, insinua que Damião de Góis era filho ilegítimo de D. Manuel, e portanto irmão de D. João III. Esse afastamento seria uma forma delicada de el-Rei o ter longe de si. Romances são romances, e não se escrevem com provas históricas. A verdade é que D. João III tinha uma confiança ilimitada em Damião de Góis, e por isso fez dele agente da política externa da sua governação, no momento crucial em que algumas vozes se iriam erguer contra o monopólio português do comércio da Índia, confiando-lhe missões diplomáticas muito importantes em várias cortes da Europa: Inglaterra (1528), Polónia (1529), Dinamarca e vários outros países até 1531. D. João III via nele um homem novo, com boa preparação humana e intelectual, educado segundo os valores do Humanismo que já eram bem visíveis na corte.

Quer isto dizer que entre os 26 e os 29 anos, Góis teve a oportunidade de conhecer uma parte importante da Europa central e da Escandinávia; sobretudo teve o privilégio de contactar com as figuras mais representativas do Humanismo Europeu, os grandes intelectuais, pensadores e mentores da cultura, da filosofia e da religião da Europa do séc.

¹ *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis, ad Emmanuelem Lusitaniae Regem [...] per Damianum de Goos Lusitanum [...] latine reddita, atque iam primum typis excusa. MDXXXII, fl. [C4r]*

² Damião de Góis, *Opúsculos Históricos*, tradução do original latino pelo Professor Dias de Carvalho, Porto, Livraria Civilização, s.d., p. 133.

³ A primeira destas obras é a que está referida na nota 1. A segunda: *Fides, Religio, Moresque Aethiopum sub Imperio Preciosi Ioannis quem vulgo Presbyterum Ioannem vocant) [...] Damiano a Goos Equite Lusitano autore ac interprete. [...] Lovanii: ex officina Rutgerii Rescii, 1540.*

XVI até ao Concílio de Trento, os quais exerceram profunda influência na formação da mentalidade universalista, na sua visão do mundo e nos valores que distinguem a personalidade de Damião de Góis.

Talvez por ter andado envolvido em tantas missões diplomáticas, Damião de Góis tomou o gosto pelas viagens; e às missões oficiais acrescentou as suas excursões particulares a Wittenberg, onde ouviu um sermão de Martinho Lutero e conheceu Filipe Melanchton, tendo daí prosseguido caminho até à Rússia. Sendo favorito e protegido de D. João III, e sobretudo vivendo em ambiente de euforia intelectual, Damião de Góis nunca imaginou o preço que havia de pagar por estas viagens quando em 1571 foi preso e interrogado nos cárceres da Inquisição.

Além desta faceta de viajante, revelou um grande interesse pelo saber. Tinha alcançado uma formação intelectual, na corte, onde estudara latim e lera os clássicos. Mas o seu domínio desta língua era insuficiente, para quem, como ele, desejava escrevê-la e utilizá-la como forma de comunicação oral no contacto com os grandes Humanistas europeus: na Inglaterra, na Dinamarca, na Alemanha, na Itália, na Holanda, onde quer que fosse, o latim era a principal língua de comunicação. Por isso, já nos seus trinta anos, matriculou-se na Universidade de Lovaina, em 1532.

Mas uma nova viagem, esta de repouso, aconselhado pelo médico, levou-o até Friburgo, onde vivia Erasmo. Sabemos que, ao voltar de Friburgo, recebeu missiva de João III, que o mandava regressar a Lisboa. O motivo parece ter sido querer o Rei promovê-lo a tesoureiro da casa da Índia, cargo importante, mas que Góis acabou por declinar. E porquê?

Porque os seus grandes interesses eram os estudos, o fervilhar de ideias, a discussão dos problemas, as novas teorias, o aprofundar do sentido da vida e da condição do ser humano, a empolgante aventura como homem, enfim, o desejo de glória a alcançar por meio de uma produção literária que o imortalizasse. Foram esses valores que nos seus trinta anos pesaram na decisão de abandonar a carreira diplomática e se dedicar sem reservas aos ideais do Humanismo.

Esta viragem da sua vida levou-o a passar uns meses em casa de Erasmo, a maior referência do Humanismo cristão, defensor do diálogo com Lutero que consumara a ruptura definitiva com a Igreja católica. Dirige-se depois para Pádua, onde completa quatro anos de estudo, e convive com as grandes figuras do Humanismo italiano e europeu. Pádua era então um centro universitário procurado pela fina flor da intelectualidade europeia.

Uma grande inquietação pairava no ambiente. A realidade mais preocupante era que uma parte da população da Europa central e do norte se afastava definitivamente da Igreja Católica. Seria este mais um cisma, passageiro como tantos outros, durante os quais uma parte da Europa obedecia ao papa de Avinhão e outra ao papa de Roma, cada um deles eleito por facções opostas? Esta tinha sido a situação vivida durante o Grande Cisma do Ocidente entre 1378 e 1414. Quando as facções conseguiam chegar a acordo, a Igreja retomava a sua unidade, como aconteceu no Concílio de Constança.

Mas agora não era disso que se tratava. A realidade era outra. Os que se afastavam faziam uma reforma que atingia os princípios mais profundos da tradição do catolicismo ocidental. Aqueles que se deram conta da gravidade do momento procuraram por todos os meios o diálogo entre as posições antagónicas de um e do outro lado, de modo a chegar-se a uma reforma negociada sem cisão no seio da Igreja. Era uma situação extremamente complicada que exigia debate profundo de ideias, uma abertura de espírito e uma lucidez na leitura da história que só alguns homens de eleição alcançaram. Um deles foi sem dúvida Erasmo; outro o cardeal Jacobo Sadoleto; e é neste envolvimento de sério empenho religioso que vamos encontrar Damião de Góis.

Ele ouvira Lutero a pregar um sermão em Wittenberg; conhecera e privara com Melanchton; tinha amigos entre os vários intelectuais que aderiram às propostas luteranas proclamadas na Confissão de Augsburgo: estava por isso com toda a predisposição para se juntar ao Cardeal Sadoleto num projecto mais ou menos secreto para entrar em conversações directas com Filipe Melanchton, chefe reconhecido da Igreja Reformada, após a morte de Lutero em 1546. Doutor em Teologia, Melanchton fora o principal mentor da Confissão de Augsburgo em 1530, documento que marcou o arranque definitivo da Igreja Luterana estruturada num corpo de definições e princípios. O projecto de Sadoleto não foi por diante: todos o abandonaram. O idealismo de Sadoleto acabou por lhe causar vários dissabores, um dos quais a prisão. Góis, já no declinar da sua vida, mais de trinta anos depois, pagou o seu envolvimento com personalidades ligadas ao Luteranismo, e a sua dedicação à causa da unidade da Igreja, com dois anos de interrogatórios no cárcere do Santo Ofício, seguidos de uma condenação a ficar recluso no mosteiro da Batalha por tempo indeterminado.

A geração humanista da primeira metade do séc. XVI viveu profundamente o problema da necessidade de uma reforma da Igreja, uma necessidade sentida muito agudamente durante todo o século XV, e agora agravada pela quebra da unidade religiosa do Ocidente, num

momento em que o avanço militar dos Turcos constituía uma ameaça para a Europa. Para Damião de Góis, que via nos Descobrimentos portugueses uma forma de expansão do cristianismo para novas terras e novos mundos – com «a grande esperança de que um outro mundo, de certo modo novo, reconheça a fé»⁴ –, para Damião de Góis, que justificava o esforço bélico despendido pelos Portugueses no Oriente com a necessidade urgente de proteger a Europa da ameaça turca, para Damião de Góis, digo, a quebra da unidade religiosa europeia constituía como um perigo ainda possível de se remediar e a merecer todo o esforço para evitar que se consolidasse definitivamente. Não apenas pela divisão religiosa em si, mas pelas consequências que dela poderiam derivar.

Os valores que Damião de Góis assumia e perfilhava, eram, pois, os do humanismo cristão, cujo principal mentor, por toda a Europa, era Erasmo de Roterdão, e assentavam no universalismo do humano e da cultura, na tolerância, na liberdade, no respeito por si mesmo e pelo outro, no exercício da inteligência, do espírito crítico, da cultura e da bondade de coração. Como todos os humanistas, Góis acreditava no poder da persuasão pela palavra e pela força das ideias.

É sintomático que a sua primeira obra, publicada em 1532 após a confissão de Augsburgo, se apresente, como já referi, como uma espécie de relatório da embaixada (*Legatio*) do Preste João da Etiópia, ainda designado como Preste João das Índias à maneira medieval, enviada a D. Manuel em 1514. Já tinham passado cerca de dezoito anos sobre os dias em que o pequeno Damião, pajem de D. Manuel, viu e ouviu o célebre Arménio de nome Mateus apresentar as suas credenciais a D. Manuel e a fazer uma exposição diante da corte sobre a fé, as cerimónias e o estado do reino dos Etíopes. Góis insiste muito neste pormenor, mas com uma insistência tal que parece não ter a certeza de que o seu testemunho seja credível para todos: «... ipse hisce oculis apud Regem nostrum uidi olim Legatum, cunctaque praesens audiui, quae ille de fide, de ceremoniis, de statu regni Imperatoris presbiteri Ioannis, astantibus proceribus articulatim disseruit.» Ou seja: «Eu próprio, com estes olhos, vi há muito tempo no palácio

⁴ Dirigindo-se ao Papa Paulo III, e evocando as calamidades que atravessam a Europa, Damião de Góis, em forma de consolação, escreve o seguinte: «Nunc uero ut has molestissimas curas, quae tibi (ut scio) perpetuo cordi sunt, omittamus, ad alias mitiores ueniamus, quae cum magna spe coniunctae sunt, ut alter et nouus quodam modo orbis, cum Christi fide, tuae sanctitatis maiestatem et dignitatem agnoscat.» (Damiani a Goes Equitis Lusitani *Aliquot Opuscula*, «Fides, Religio, moresque Aethiopum, Lovanii, Ex officina Rutgeri Rescii, Anno 1544. p Aii).

real o embaixador do Preste João da Índias e assisti à exposição que ele fez, sobre a fé, os ritos e o estado do reino do imperador Preste João, na presença dos nobres.»⁵

Não é difícil de admitir que Damião tenha ficado impressionado com esse Mateus de aparência um tanto exótica. Mas seria menos fácil admitir que dezoito anos depois escreva um ensaio sobre os factos e memórias necessariamente obliteradas pelo tempo. A verdade é que o embaixador trazia consigo um «adolescentulus», como diz Damião de Góis, talvez da sua idade, ou pouco mais, e ambos permaneceram na corte por um período de três anos. Góis recorda-se do nome do rapaz, que se chamava Jacob, como o Apóstolo Tiago. Também ficou gravado na memória de Damião o dia da sua partida de regresso à Etiópia. Mas sobretudo, guardou muito viva a memória desse dia em que Mateus compareceu diante de toda a corte. É como se estivesse a recordar uma daquelas cenas inesquecíveis da infância: «Id temporis ego duodecim annos natus, unus inter regios pueros quos a lancibus ad regiam mensam ferendis, discophoros nominant, ubi Regiae Majestati per biennium in eo munere inseruieram, his omnibus praesens adfui, unaque cum caeteris aulicis cuncta et uidi et audiui, quantumque per aetatem licuit etiam intellexi». Em português: «Nesse tempo, indo fazer doze anos, era eu um dos pajens a que chamam discóforos (leva-pratos), por transportarem os pratos para a mesa do rei; quando servia a sua Majestade havia dois anos, assisti a tudo isso e juntamente com todos os membros da corte vi e ouvi tudo isso, e compreendi tanto quanto era possível nessa idade».⁶

Literariamente, e também psicologicamente, esta justificação, tão carregada de insistências e rodeios, tem em vista convencer o leitor da autenticidade do discurso e da veracidade das suas fontes. A observação final – «e compreendi tanto quanto era possível nessa idade» – introduz um toque de verosimilhança e de seriedade que ainda mais convence o leitor, e vai vencendo as suas reservas. Mas, como mesmo assim o leitor mais exigente poderia ficar na dúvida, Góis acrescenta que de facto lhe chegou às mãos uma acta dessa exposição perante a corte, elaborada por António Carneiro, secretário régio, e enviada a Rui Fernandes, feitor em Antuérpia, com o qual trabalhara durante

⁵ *Legatio*, A 2.

⁶ *idem*, A 3

vários anos e a quem dedicara a tradução do *Livro do Eclesiastes*.⁷ A partir do exemplar que Rui Fernandes, feitor em Antuérpia, recebeu em tempos de António Carneiro, Damião de Góis fez uma cópia que verteu para latim. Se o estilo não for bom, paciência! O importante, acrescenta ainda, é que a história, o conteúdo e os documentos incluídos neste livrinho são verdadeiros: «uero enim ueriora sunt», isto é, «são verdadeiramente verdadeiras».⁸

Em termos de análise retórica estão aqui todos os condimentos necessários à persuasão: uma história inédita, vinda de um país exótico e praticamente desconhecido; uma cerimónia na corte que soleniza o acto da sua apresentação em público; um texto cuja autenticidade pode ser testemunhada por muitos dos nobres que assistiram à exposição do embaixador do Prestes João, entre os quais estava por acaso Damião de Góis, ainda criança; um enredo emaranhado, mas verosímil, para reforçar a prova de autenticidade do documento que chegou às mãos de Damião de Góis em Antuérpia. Tudo isto configura tratar-se de um documento valioso, enquadrado por uma narrativa com peripécias de transmissão, cuja edição é provocada e dedicada, por isso mesmo, ao venerável humanista João Magnus Gothus, Arcebispo de Upsala, expulso da sua diocese por questões que se prendem com a difusão e implantação da Igreja Luterana na Escandinávia. Este, o último, é mais um pormenor interessante que nos pode ajudar a esclarecer as reais intenções de Góis ao divulgar para a Europa a primeira embaixada do Preste João ao rei de Portugal, uma embaixada que tem como intenção final do seu promotor proclamar obediência ao Papa e formar unidade com o Cristianismo Católico do Ocidente, precisamente dois anos depois de ser proclamada a Confissão de Augsburgo e no momento em que uma parte dos países do centro e do norte da Europa se afasta de Roma e a outra parte se refugia num conservadorismo fundamentalista ou segue a via de Erasmo, lutando contra toda a esperança pela conciliação entre uns e outros, entre luteranos e católicos, pedindo cedências a uns e compreensão aos outros, pela tradição, e pelo que há de comum entre todos para manter a unidade.

Nada mais injusto para com Damião de Góis do que, na viragem dos tempos, ter sido apanhado pelo endurecimento da contra-reforma e pela agonia do espírito humanista e dos seus valores de tolerância e

⁷ Esta tradução, cuja existência se desconhecia, foi recentemente descoberta e publicada por Thomas Earle (Damião de Góis, *O Livro de Eclesiastes*, Edição Crítica e Introdução de T. F. Earle, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002).

⁸ *Legatio*, A 3v.

de equidade, acusado de toda a espécie de tendências e contactos heréticos nesta fase da sua vida, quando ele de facto foi dos primeiros a lutar para tornar possível o regresso a posições menos extremistas, a fim de evitar a desagregação da unidade religiosa do Ocidente, com toda o cortejo de violência e guerras que se lhe seguiram.

Na verdade, o que Damião de Góis pretendia com a publicação da *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis ad Emmanuelem Lusitaniae Regem* («Embaixada do Grande Imperador das Índias, Preste João, a D. Manuel Rei de Portugal») era propor uma espécie de alegoria para reflexão do Ocidente, que se desconjuntava em discussões doutrinárias infundáveis e, tantas vezes, estéreis.

Assim, a Igreja etíope é apresentada na simplicidade de uma via religiosa plural, menos dogmática, aberta a certas práticas judaizantes, concentrada no essencial do Cristianismo, na fé inabalável em um só Deus uno e trino – «unus solus in tribus personis Deus»⁹ – e em Jesus Cristo como Redentor, fonte de Salvação, graça e bênção; na aceitação dos quatro Evangelhos como ponto de referência para todos; uma Igreja assente numa tradição doutrinária de costumes e de práticas que não renega. É precisamente dentro desta tradição que se podem haurir alguns princípios que poderiam ajudar os ocidentais a um maior pluralismo de ritos e observâncias disciplinares, adiaforas, indiferentes para o essencial da Fé. Um dos valores professados por Damião de Góis é, sem dúvida, a abertura ao outro, e encontrar o ponto de contacto entre as culturas e de comunicação entre as pessoas e as suas formas de sentir e pensar.

Esta era talvez a primeira mensagem de Góis para a Europa em pleno conflito religioso: propor uma base mínima em que todos se entendessem. É por esta Fé que os portugueses militam na Índia: «qui pro fide nostri seruatoris Iesu Christi militant in India»,¹⁰ o que faz com que o rei D. Manuel seja o «vencedor dos ferozes infiéis que são os mouros» («uictore ferorum incredulorum Maurorum»¹¹). Não quer isto dizer que o poder unificador do Humanismo, universalista por princípio, exclua do seu grémio os restantes povos que não partilham da mesma religião, nem mesmo os infiéis. Como bem observou Elisabeth Feist, Damião de Góis, numa outra obra sua, intitulada *Hispa-*

⁹ *idem*, A 4

¹⁰ *idem*, A 4v.

¹¹ *idem*, A 4

mia,¹² incluiu entre as glórias peninsulares nomes como o de Averróis, concluindo daí que «Ao registar vários escritores árabes, Góis prestava tributo ao papel notável que tinham desempenhado na cultura ibérica. [...] Góis não só passava por cima de diferenças de nacionalidade e religião como não tomava em consideração as opiniões adversas à filosofia ‘pagã’ de Averróis».¹³ E mais adiante acrescenta a mesma autora: «De forma igualmente imparcial e apesar de muito ódio visível entre Cristãos e Judeus, Góis citava vários rabinos descrevendo-os como ‘grandes Teólogos’ e a um deles como ‘grande médico’».¹⁴

Fazendo, com este reparo, justiça ao espírito de tolerância e concórdia de Góis, voltemos ao texto da primeira embaixada do Preste João.

Nesta obra, o que se pretende não é atacar mouros, mas sim justificar para toda a Europa a política belicosa seguida pelos Portugueses no Oriente e sobretudo anunciar às nações europeias desavindas por discórdias religiosas internas, que ponham os olhos em Portugal, combatam o inimigo externo, os Turcos, em vez de se digladiarem entre si. É, pois, nesta ordem de ideias e com uma dupla mensagem, que Damião de Góis informa a Europa, servindo-se das supostas palavras exaradas na carta do Preste João, entregue pelo embaixador a D. Manuel: «Por isso, ouvimos dizer que o Sultão do Cairo está a reunir uma grande armada contra as vossas tropas, para se vingar das derrotas e dos prejuízos que lhe são infligidos pelos comandantes do exército que tens na Índia (como de facto nos consta). O que Deus na sua santa bondade se digne aumentar cada vez mais dia a dia, para que finalmente todos os infiéis sejam completamente subjugados.»¹⁵ Não se pode atribuir a Góis a intenção deste texto, porque faz parte da carta enviada a D. Manuel pelo Preste João, mas a mensagem que por ele se transmite é claramente política. Porém, a posição dos Reis de Portugal será muito mais moderada, insistindo predominantemente no comércio

¹² Damiani a Goes Equitis Lusitani *Aliquot Opuscula*, «Hispania», Lovanii, Ex officina Rutgeri Rescii, Anno 1544.

¹³ Elisabeth Feist Hirsch, *Damião de Góis*, Tradução de Lia Correia Raitt, Prefácio de J. P. Pina Martins, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 165.

¹⁴ *ibidem*.

¹⁵ «Proinde fama accepimus Principem Cayri cogere multam classem aduersus uestras copias, nimiru ut sese uindicet de iniuriis damnisque per militiae uestrae quam in India habes Duces, sibi (ut uere nobis constat) saepe illatis, quod Deus sua sancta bonitate in dies magis fortunare dignetur, ut cuncti tandem creduli penitus sub iugum mitantur» (*Legatio*, A 4).

e na cristianização dos povos. Às propostas de aliança enviadas pelo Preste João, responde assim D. João III, numa carta enviada ao Papa Clemente VII:

«Santíssimo Padre em Cristo e venturoso Senhor.

Tendo El-Rei meu Senhor e Pai reconhecido quão grato seria a Deus, se as remotíssimas regiões da Etiópia e da Índia (só de nome – e esse mesmo incerto – conhecidas) fossem visitadas por armadas de cristãos, habilmente conduzidas, logo no começo do seu reinado expediu muitos capitães e súbditos seus em frotas fortemente aparelhadas para explorar e conhecer a costa dessas terras: isto é, para levar aos mouros e gentios dessas regiões a verdade da religião cristã, e uma vez descoberto o caminho, outros povos se encontrassem rendendo culto a Jesus Cristo, que era opinião corrente existiam»¹⁶. Como se nota claramente, D. João foge ao tom belicoso e cruzadista do Preste João para falar apenas de exploração da costa (objectivo comercial), e de divulgação da fé, principalmente.

Esta mensagem, transmitida por Góis, era de todo o interesse de D. João III que fosse divulgada pela Europa, porque isso redundava em benefício do comércio português e da acção desenvolvida no Oriente, a qual, de facto, era acompanhada por um forte empenho na evangelização por meios perfeitamente pacíficos. É caso para nos interrogarmos se a missão de Góis ao serviço de D. João III, longe de ter cessado com o abandono da vida diplomática, não continuou com a sua presença nos meios universitários onde se forma a opinião e se favorece ou destrói o poder. Eu estou convencido de que durante todo o tempo em que estive no estrangeiro, por si próprio, por puro patriotismo, outro valor que sempre cultivou convictamente, Damião de Góis nunca deixou de ser um agente ao serviço da política régia.

Há muito a discorrer sobre este aspecto e muita investigação a fazer. Há por exemplo aspectos do pensamento de Góis que fazem lembrar a visão profética que o Padre António Vieira tem dos Descobrimientos portugueses, ao considerá-los como uma oportunidade dada ao Cristianismo de ser revelado a todos os homens do mundo, de modo a haver um só rebanho e um só pastor. «Um só rebanho e um só pastor» são palavras que se encontram mais que uma vez em Góis e muitas vezes em Vieira. Um e outro comungam da ideia de um império português, para Vieira o Quinto Império, que será governado por um Pastor-Rei, ou seja, um Sacerdote-Rei, que Góis, dentro da tradição

¹⁶ Tradução de Dias de Carvalho, p. 157.

medieval, não deixa, pelo menos ao princípio, de ver simbolizado no Preste João, Presbítero e Imperador. Os textos são inesgotáveis.

Em torno desta perspectiva gira uma parte importante da obra de Vieira. Mas nada nasce do nada. Pois já Damião de Góis, pela boca do Preste João, diz que «chegou aquele tempo prometido, que (segundo dizem) Cristo e Maria sua mãe predisseram: que nos últimos tempos havia de surgir das regiões de França um rei que havia de abolir toda a raça dos Bárbaros e dos Mouros».¹⁷ Esta profecia insere-se nas tradições milenaristas do Ocidente Medieval. Há boas razões para duvidar que o Preste João estivesse tão bem informado sobre estes pormenores de uma franja da cultura ocidental. Não sei se é muito de acreditar que o Preste João tenha lido algum dos 171 manuscritos do *De ortu et tempore Antichristi* (*Acerca do nascimento e do tempo do Anticristo*), uma obra da autoria de Adson de Mortier-en-Der, escrita no séc. X. Duvido também que tenha tido conhecimento da primeira edição desta obra publicada no princípio do século XVI. E como duvido, insinuo que esta referência profética foi comunicada ao Preste João por algum português daqueles que visitaram o seu Reino e nele se demoraram, ou é um encaixe de Damião de Góis. Seja como for, a mensagem que Góis passa para a Europa, por boca de terceiros, e por isso menos interesseira e mais fidedigna, é que o rei de Portugal personifica aquele Rei que fora anunciado desde há muitos séculos, que não será *Franciscus*, franco, francês, mas sim português. Isso é objectivamente explicado por Góis, em nota marginal ao texto, esclarecendo que «franceses, quer dizer Cristão Europeu; com efeito os Indianos e os Maometanos, quase todos designam os Cristãos da Europa com o nome genérico de Franceses».¹⁸

Seja de quem for esta mensagem, no geral e no particular, ela representa, ou adapta-se à intenção objectiva de exaltar o nome de Portugal, de defender o direito à ocupação e exploração das terras descobertas e de alertar a Europa, dilacerada pela discórdia, para um paradigma religioso e político, que lhe vem de fora e lhe aponta o caminho a seguir. Damião de Góis sabia muito bem que o próprio nome de Preste João das Índias encerrava em si algo de misterioso, como se se tratasse de um imperador sacerdote, que governava o seu mítico e

¹⁷ «Adest iam tempus illud promissum, quod (ut aiunt) Christus et mater illius Maria praedixere, quod scilicet in potremis temporibus oriturus esset a regionibus Franciscis rex quispiam, qui aboliturus esset universum Barbarorum et Maurorum genus» (*Legatio*, A 5).

¹⁸ *Legatio*, A 5.

distante país, afastado deste velho mundo cheio de injustiças e violência, como se fosse o país da utopia, onde reinava a paz e a felicidade. Na verdade ao longo da Idade Média correu o mito do Preste João das Índias. Parece remontar ao século XII uma carta apócrifa que situa o reinado do Preste João na Ásia e não na África. Damião de Góis, quando escreve «Preste João das Índias», cai nesse erro.¹⁹

A carta apócrifa medieval apresenta o reino do Preste João como um modelo social, político e religioso, mais ou menos utópico. Nela, tal como na carta enviada a D. Manuel, faz-se referência à união dos Cristãos do Oriente com os do Ocidente, e a uma cruzada para conquistar Jerusalém. Em Damião de Góis, o Preste João oferece-se para juntar as suas tropas às do Rei de Portugal, reconhecendo nele o Rei ou Imperador dos Últimos Dias: «ut tandem auferas perdasque huiusmodi mauros et incredulos a facie terrae, ita ut dona et oblationes quae adferuntur ad Sanctum Sepulchrum deinceps non uorentur a canibus». Em português: «para que elimines e faças desaparecer da face da terra esses mouros e infiéis, de forma que as ofertas e oblações, que são levadas ao Santo Sepulcro, não sejam mais devoradas pelos cães».

Permitam-me, para concluir, que volte a citar Elisabeth Feist, para dizer o seguinte: «A forma idealizada como Góis encarava a religião etíope era, possivelmente, o resultado directo da insatisfação que sentia com a vida religiosa do Ocidente. Muitos dos seus amigos humanistas concordavam plenamente com ele nesse ponto e aplaudiam os Etíopes pela sua sinceridade religiosa. Contudo também é preciso notar que a tolerância de Góis tinha os seus limites. Ao contrário de Erasmo, que se referiu uma vez aos Turcos como ‘meio-cristãos’, ou de Nicolau de Cusa, que defendia uma unidade religiosa que incluía até mesmo os Turcos, ou de Guillaume Postel e Jean Bodin, que tinham alargado a tolerância religiosa aos muçulmanos, Góis excluía estes últimos e só advogava a unificação de todas as Igrejas Cristãs».²⁰

Podemos acrescentar a causa desta atitude: é que Góis pertencia a uma nação que estava empenhada numa guerra sem quartel no Oriente contra os muçulmanos, rivais e concorrentes nos interesses comerciais, e dava como justificação da sua política o facto de estar a combater o poderio muçulmano na própria fonte. E se a tese oficial era que assim contribuía para a defesa da Europa, não podia senão excluir os

¹⁹ Seria difícil atribuir tal erro ao embaixador da Etiópia. Além disso, note-se que esse erro surge no título, mas nunca no corpo da carta enviada a D. Manuel. Este erro virá a ser corrigido por Góis no texto da segunda embaixada.

²⁰ E. Feist, p. 184.

muçulmanos da unificação religiosa, e propalar a ideologia cruzadista contra os infiéis.

Em resumo: Quando Damião de Góis deu início à sua obra, não havia inquisição em Portugal, instituída em 1536. Crescera em ambiente de sã liberdade e aprendera a pensar livremente em ambiente aberto ao debate, à discussão de todas as ideias; mais tarde há-de ver no humanismo uma fórmula superior de encarar a existência e de superar os conflitos. Nunca imaginou que os seus contactos e amizades, que a sua hospitalidade e generosidade, lhe pudessem ser assacados como crime religioso. Esforçou-se, empenhou-se a fundo no bom nome da pátria e da unidade da Igreja. Foi um homem livre, um Humanista. Sonhou com utopias, com reinos de paz e de felicidade. Em alguns aspectos foi precursor do Padre António Vieira.